



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 12/2020

CARTA-CONTRATO N. 12/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0002655-19.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2020

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA V&L TRANSPORTES LTDA-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL DE PASSAGEIROS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DE DEMANDA ADVINDA DO PLEITO ELEITORAL DE 2020.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **V&L TRANSPORTES LTDA-ME**, CNPJ nº 84.705.987/0001-30, com sede na Rua José de Alencar, nº 2062, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-860, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3224-6660 – (69) 99984-7382, E-mail: yvtransportes@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **VALDO VIEIRA GOMES**, brasileiro, Cédula de Identidade RG nº 187.467/SSP-RO e CPF nº 149.513.712-00.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 487/2020 - PRES/DG/GABDG, de 06/04/2020.

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 07/2020 - PRES/DG/GABDG, de 02/06/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente carta-contrato tem por objeto a realização de serviço locação de transporte fluvial de passageiros, para executar o cronograma de viagens abaixo descrito:

Item	Período da viagem	Itinerário	Embarcação	Quantidade de diárias
1	06/07/2020 a 10/07/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		- Porto Velho.		
2	31/08/2020 a 05/09/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado - Calama - Papagaios - Santa Catarina - Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	6

Subcláusula Primeira – Quanto à especificação do objeto, deve ser observado o que segue:

a) Das Viagens 1 e 2:

a.1) A embarcação a ser utilizada na execução das viagens **1 e 2** deverá estar em perfeito estado de conservação e possuir as seguintes características e requisitos:

1. Voadeira, tipo lancha, equipada com capota, bancos com encosto, com capacidade mínima para 06 (seis) pessoas e motor de popa de, no mínimo, 90 HP;
2. Condutor devidamente habilitado para tal ofício junto à Marinha do Brasil;
3. A embarcação deverá apresentar a numeração de inscrição e registro junto à Capitania dos Portos;
4. A embarcação deverá apresentar todos os itens de segurança exigidos pela legislação pertinente.

a.2) Nestas viagens, a CONTRATADA deverá fornecer todo o combustível/ lubrificante necessários, inclusive o que for utilizado pela embarcação, bem como o piloto da lancha (restrito às **viagens 1 e 2**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A partir da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA está obrigada a observar os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 4.1 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, incluindo o Termo de Referência, bem como a Proposta da CONTRATADA.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAIS

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - Esta Carta-Contrato terá a vigência a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até dia 30/11/2020.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução dos serviços obedecerá ao cronograma informado no **item 2.1** e na forma exposta no **item 8.3.1 do Termo de Referência** respectivo e na **Cláusula Primeira** deste instrumento.

Subcláusula Segunda - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 25.355,00** (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais), conforme planilha abaixo:

Item	Período da Viagem	Valor unitário por item (R\$)	Quantidade de diárias	Valor Total Estimado por item (R\$)
1	06/07/2020 a 10/07/2020	2.305,00	5	11.525,00
2	31/08/2020 a 05/09/2020	2.305,00	6	13.830,00
Total estimado da Carta-Contrato				R\$ 25.355,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais e trabalhistas, combustível, tripulantes, cozinha, limpeza, materiais, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor desta Carta-Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a requisitar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO nº 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA nº 33.90.33-03,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constantes no orçamento da Justiça Eleitoral, Nota de Empenho nº 2020NE000400, de 08/06/2020, consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP1 LDA TRANSP2 FUN MATCON Eleições

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Os pagamentos serão efetuados após cada viagem, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela 20ª Zona Eleitoral, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

Subcláusula Primeira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, observado o disposto neste instrumento.

Subcláusula Segunda - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Oitava - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução desta carta-contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 1.267,75** (um mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.

Subcláusula Quarta - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades à contratada.

Subcláusula Sexta– A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Subcláusula Sétima – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

Subcláusula Oitava – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – No TRE-RO, a gestão desta Contratação será exercida pelo(a) titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE-RO e a fiscalização será exercida pelo(a) Chefe de Cartório da 20ª Zona Eleitoral, ou pelos respectivos substitutos legal, na ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008 e em suas alterações.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução desta contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, principalmente de solicitar formalmente à CONTRATADA, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência da viagem, a disponibilização do barco, da voadeira e da tripulação, devendo constar da solicitação a hora de saída da embarcação;

III – Exigir e conferir o documento de garantia ou notificar a CONTRATADA para que os apresente em prazo razoável, sob pena de rescisão do contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

IV - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

VI - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

VII - Rejeitar, através do fiscal da carta-contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas na carta-contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

VIII - Receber os serviços, através do fiscal da carta-contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido na carta-contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

X - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento;

XI - Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;

XII - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

XIII - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e

XIV - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- I** - Realizar o objeto desta carta-contrato em conformidade com as condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico e na sua proposta;
- II** - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da carta-contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE;
- III** - Apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura da carta-contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do ajuste, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93;
- IV** - Atender às solicitações do CONTRATANTE, conforme cronograma, percursos, condições e especificações detalhadas nesta Carta-Contrato;
- V** - Cumprir os horários de saída determinados nas solicitações do CONTRATANTE;
- VI** - Movimentar e/ou acionar embarcação somente com a autorização do CONTRATANTE;
- VII** - Realizar o **Despacho no órgão de despachos** no dia da viagem, de acordo com a NORMAN-08/DPC;
- VIII** - Disponibilizar a embarcação contratada nas condições e especificações detalhadas pelo CONTRATANTE no Termo de Referência respectivo;
- IX** - Garantir que a tripulação esteja devidamente habilitada pela Marinha do Brasil;
- X** - Empregar embarcações em perfeitas condições de navegabilidade e de acordo com os requisitos previstos no Termo de Referência respectivo e nas normas de navegabilidade;
- XI** - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da manutenção, da limpeza e higiene, e demais despesas decorrentes do bom funcionamento da embarcação;
- XII** - Responsabilizar-se pelos deslocamentos, diárias, estadias e alimentação da tripulação;
- XIII** - Prover os materiais, equipamentos e pessoal técnico, necessários às operações/missões, de acordo com o tipo de embarcação contratada;
- XIV** - Apresentar ao CONTRATANTE, no início da operação, durante a respectiva vigência da Carta-Contrato, ou sempre que for necessária a substituição da embarcação, o comprovante de homologação e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentação exigida pela Marinha do Brasil para funcionamento de embarcações, e demais documentos de porte obrigatório a bordo da embarcação;

XV - Cumprir todas as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria IBAMA n. 85/1996, todas relacionadas à emissão de poluentes derivados da queima do óleo diesel;

XVI - Responsabilizar-se pelas despesas de tarifas portuárias e de uso das comunicações;

XVII - Responsabilizar-se pelas despesas de ancoragem das embarcações;

XVIII - Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, documentos que comprovem a habilitação dos tripulantes perante a Marinha do Brasil, bem como documentos comprobatórios de vínculos empregatícios com a CONTRATADA;

XIX - Manter relatório atualizado, com nome dos tripulantes e passageiros, nome e área de missão/operação, horários de acionamento e desacionamento, que deverão ser assinados diariamente pelo Piloto e pelo fiscal desta carta-contrato;

XX - Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, pelo meio mais rápido, qualquer discrepância ocorrida na embarcação, que venha afetar a segurança a bordo;

XXI - Arcar com as despesas decorrentes de eventuais infração/multas, taxas, emolumentos, impostos e outras advindas da legalização da(s) embarcação(ões);

XXII - Apresentar por sua conta as embarcações devidamente vistoriadas, homologadas e licenciadas pelos órgãos regulamentares, completamente limpos, abastecidos (tanque cheio) e com a manutenção em dia;

XXIII - Arcar com as despesas com todos os custos relativos às revisões programadas, manutenções preventivas e corretivas, necessárias a garantir o funcionamento das embarcações objeto da presente contratação, bem assim como as despesas eventuais com rebocadores, embarque ou transporte de cargas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXIV - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

XXV - Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

XXVI - Ocorrendo a indisponibilidade da embarcação, por quaisquer razões, a contagem da viagem será reiniciada após a disponibilidade daquela embarcação ou de outra com as mesmas especificações contidas no Termo de Referência, no local onde foi interrompida a operação/missão ou em local definido pelo CONTRATANTE;

XXVII - indenizar o CONTRATANTE e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes do uso da embarcação ou desaparecimento de bens materiais do CONTRATANTE, seja por dolo ou culpa de seus empregados, relacionados com o objeto no Termo de Referência;

XXVIII - Indenizar o CONTRATANTE e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de ações/omissões, seja por dolo ou culpa dos seus empregados, relacionados com o objeto no Termo de Referência;

XXIX - Em caso de incidente ou acidente, a CONTRATADA deverá custear todas as despesas decorrentes de: atendimento médico-hospitalar geral e irrestrito (pré-hospitalar, hospitalar, ambulatorial, fisioterápico, psicológico, etc.), de transporte e traslado, de funerais e demais despesas relacionadas diretamente ou indiretamente às vítimas e a terceiros;

XXX - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXXI - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 12 (doze) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

XXXII - Manter-se, durante a execução desta carta-contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho;

XXXIII - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

XXXIV - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula Quarta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

XXXV - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXXVI - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

XXXVII - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura desta carta-contrato, garantido o direito ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contraditório e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para **apresentar a garantia contratual:**

- a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
- b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Prazo para **disponibilização das embarcações em condições regulares de navegação nos prazos e horários acordados com os representantes do contratante:**

- a) Atraso de até 2 (duas) horas: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- a) Atraso superior 2 (duas) horas até o limite de 6 (seis) horas: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atrasos superiores 6 (seis) horas: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III -Descumprir, de forma injustificada, as **demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:**

- a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 15% (quinze por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- d) Ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco), multa de 20% (vinte por cento) apurada sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto desta carta-contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total desta carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

Subcláusula Terceira - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Termo de Referência respectivo como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta carta-contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário).

Subcláusula Sexta - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Sétima - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Oitava - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Primeira - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Segunda - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Terceira - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros

Subcláusula Décima Quarta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Décima Quinta – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-la.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados no incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a revisões já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas no Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto nas Leis ns. 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais ns. 10.024/2019, 9.507/2018 e 3555/2000, na Resolução TSE n. 23.234/2010, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, de forma subsidiária, as Leis ns. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 09 de junho de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	VALDO VIEIRA GOMES Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **VALDO VIEIRA GOMES, Usuário Externo**, em 09/06/2020, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/06/2020, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/06/2020, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/06/2020, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0545508** e o código CRC **D4FE7E50**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0545508v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 09/06/2020 09:41:11.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I, III, V e c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, elabora-se o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja realizada a contratação de empresa para prestar serviços de transporte fluvial de passageiros, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

2 - OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de transporte fluvial de passageiros, para executar o cronograma de viagens abaixo descrito.

Item	Período Da viagem	Itinerário	Embarcação	Quantidade de diárias
------	-------------------	------------	------------	-----------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	06/07/2020 a 10/07//2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	5
2	31/08/2020 a 05/09/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos – Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	6
3	01/10/2020 a 05/10//2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina –	Barco com capacidade 60 pessoas	5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos - Porto Velho.		
4	22/10/2020 a 26/10/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado - Calama - Papagaios - Santa Catarina - Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos - Porto Velho, se houver 2º turno.	Barco com capacidade 60 pessoas	5

2.2 Especificação do Objeto:

a) Das Viagens 1 e 2:

A embarcação a ser utilizada na execução das viagens **1 e 2** deverá estar em perfeito estado de conservação e possuir as seguintes características e requisitos:

1. Voadeira, tipo lancha, equipada com capota, bancos com encosto, com capacidade mínima para 06 (seis) pessoas e motor de popa de, no mínimo, 90 HP;
2. Condutor devidamente habilitado para tal ofício junto à Marinha do Brasil;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. A embarcação deverá apresentar a numeração de inscrição e registro junto à Capitania dos Portos;
4. A embarcação deverá apresentar todos os itens de segurança exigidos pela legislação pertinente.

Nestas viagens, a Contratada deverá fornecer todo o combustível/lubrificante necessários, inclusive o que for utilizado pela embarcação, bem como o piloto da lancha (restrito às **viagens 1 e 2**).

b) Das Viagens 3 e 4:

A embarcação a ser utilizada na execução das viagens **3 e 4** deverá estar em perfeito estado de conservação e possuir as seguintes características e requisitos:

1. A embarcação deve ter a capacidade mínima para transporte de 60 (sessenta) pessoas
2. Higienização e Limpeza diária;
3. A embarcação deve conter, ao menos, 01 (um) camarote equipado com cama, colchão e aparelho de ar-condicionado e banheiros masculino e feminino. Todos os cômodos deverão estar em perfeito estado de conservação e higiene;
4. Condutor devidamente habilitado para tal ofício junto à Marinha do Brasil;
5. Estar equipada com voadeira, tipo lancha de apoio, com capacidade mínima para 6 (seis) pessoas e motor de popa de, no mínimo, 25 HP, com prático responsável para operar em deslocamentos curtos limitados às adjacências das sedes daquelas comunidades ou atender a emergências em razão de possíveis paneiras na embarcação principal;
6. Tripulação mínima da embarcação:
 1. Piloto do barco, devidamente habilitado;
 2. Cozinheiro (a).
7. A tripulação deve ser devidamente habilitada pela Marinha do Brasil, equipada e possuir o Certificado de Segurança da navegação, conforme estabelece a legislação vigente, Lei nº. 9.537 de 11 de dezembro de 1997;
8. Apresentar todos os itens de segurança exigidos pela legislação pertinente.
9. A exigência de uma voadeira pequena de 25 HP deve-se ao fato de seu uso ser necessário para se chegar até ao Lago do Cuniã, bem como à localidade de Demarcação Rio Machado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Nestas viagens, a Contratada deverá fornecer todo o combustível/lubrificante necessário, inclusive o que for utilizado, a tripulação da embarcação consistente, no mínimo, em: cozinheiro (a) e o piloto do barco (restrito às **viagens 3 e 4**). **A viagem do item 4 está condicionada à ocorrência do 2º turno das Eleições.**

11. Os custos com limpeza e higienização será de responsabilidade da contratada.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 A 20.^a Zona Eleitoral é responsável por parte do município de Porto Velho e localidades do Baixo Madeira. A Zona é responsável pela instalação de 336 Seções Eleitorais, dentre as quais 29 (vinte e nove) seções estão distribuídas ao longo das margens do Baixo Madeira, com uma população de 5.222 eleitores aptos a exercerem seu direito de voto, motivo pelo qual a necessidade da presente contratação para transporte de materiais de votação, servidores, mesários, policiais militares, juízes eleitorais, membros do Ministério Público e outros colaboradores da Justiça Eleitoral.

3.2 Adiante apresenta-se o quadro com distribuição de eleitorado ao longo do Baixo Madeira de responsabilidade da 20ªZE:

NÚMERO	DISTRITOS/ LOCALIDADES/ POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
1	Cujubim Grande	3	728
2	Nova Aliança	2	510
3	São Carlos	7	1125
4	Terra Santa	1	170
5	Povoado de Nazaré	2	425
6	Lago do Cuniã	1	225
7	Santa Catarina	1	273
8	Papagaios	1	110
9	Calama	7	1313



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10	Demarcação Rio Machado	3	214
11	Estrada 28 de Novembro - Km 22	1	129
Total		29	5222

3.4 Promoção da cidadania de comunidades carentes:

A população ribeirinha é composta por pessoas de baixa renda e que devido à distância e o difícil acesso a Porto Velho, sob vários aspectos, sofre um relativo abandono por parte do Poder Público.

Qualquer deslocamento a Porto Velho implica dispêndio de seus limitados recursos financeiros, o que significa que somente em casos de necessidade (tratamento de saúde ou aquisição de gêneros alimentícios) a viagem é realizada.

Nesse contexto, a regularização de situação junto à Justiça Eleitoral não se constitui em necessidade que justifique gastar o pouco que se tem. Assim sendo, permitir que as dificuldades financeiras e o abandono já enfrentados pela população ribeirinha impeçam também o exercício do direito de voto seria afrontar, ainda mais, a cidadania dessas pessoas e retirar-lhes um dos poucos instrumentos de que dispõem para pressionar e se fazer ouvir perante o Poder Público.

Por isso, a presença da Justiça Eleitoral, mesmo que somente em anos de eleições, através das operações realizadas pela 20ª Zona Eleitoral para alistamento e regularização de situação de eleitores e da realização das eleições, embora não solucione ou minimize os problemas vividos por essas comunidades, constitui-se em fator de promoção da cidadania tão aviltada nessas localidades.

Das localidades acima referidas, as únicas que possuem acessos por via terrestre são os distritos de Cujubim Grande e Nova Aliança.

De barco, leva-se, em média, 02 (duas) horas para se chegar à localidade mais próxima – Cujubim Grande – e 11 (onze) horas, ao mais distante – Demarcação Rio Machado.

3.5 Das Viagens ao Baixo Madeira:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	PeríodoDa viagem	Itinerário	Embarcação	Quantidade de diárias	Justificativa
1	06/07/2020 a 10/07/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos - Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	5	Neste deslocamento, far-se-á a intimação dos eleitores que trabalharão como mesários no pleito de 2020. A dinâmica desse trabalho, bem como o fato de que será realizado por uma equipe pequena da Justiça Eleitoral, permite a utilização de lancha para o deslocamento.
2	31/08/2020 a 05/09/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos – Porto Velho.	Voadeira, tipo lancha – 06 pessoas	6	Com vistas ao bom andamento dos trabalhos por ocasião das eleições, uma equipe deste cartório visitará as localidades relacionadas, visando realizar reuniões, previamente agendadas, juntamente aos mesários, com o intuito de instruí-los acerca dos procedimentos e cuidados para o dia



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					<p>do pleito.</p> <p>A dinâmica desse trabalho, bem como o fato de que será realizado por uma equipe pequena da Justiça Eleitoral, permite a utilização de lancha para o deslocamento.</p>
3	01/10/2020 a 05/10/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos – Porto Velho.	Barco com capacidade 60 pessoas	5	<p>Esta terceira viagem será realizada com o esopeque de dar suporte aos trabalhos do dia da eleição, em 04/10/2020. Assim, deverá ser utilizado barco, que descera o rio entregando o material das mesas receptoras aos seus respectivos presidentes, bem como a urna eletrônica e material de alimentação.</p> <p>Ao final do percurso o barco aguardará no Distrito de Calama, até o final da eleição, sendo que os magistrados Promotores que para lá se deslocarem permanecerão solucionando eventuais problemas,</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

					contando com o apoio da voadeira para deslocamentos rápidos. No retorno será realizado o recolhimento do material e pessoal envolvido.
4	22/10/2020 a 26/10/2020	Porto Velho - Demarcação Rio Machado – Calama – Papagaios - Santa Catarina – Nazaré - Lago do Cuniã - Terra Caída - São Carlos – Porto Velho, se houver 2º turno.	Barco com capacidade 60 pessoas	5	As mesmas atividades realizadas no deslocamento do item 3, condicionada à ocorrência do 2º turno das Eleições.

3.6 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á como Valores:
Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se às políticas, aos métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-RO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

3.7 Fase de Planejamento - Estudo técnico preliminar (ETP) - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019: O novo decreto do Pregão Eletrônico está em fase de implantação neste Tribunal. Porém, o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste capítulo, pelo que se entende suprida a ausência de ETP.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.1 De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017. Os critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais, em fase de tramitação neste órgão.

4.2 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.3 Por isso, o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

4.4 Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, na especificação dos bens e serviços está sendo estabelecido, como **requisitos sociais e ambientais**, que as empresas prestadoras dos serviços deverão:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- f) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

4.5 Além disso, está sendo exigido que a futura contratada cumpra todas as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IBAMA n. 85/1996, todas relacionadas à emissão de poluentes derivados da queima do óleo diesel.

5 – DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

5.1 Estima-se o valor total da presente contratação em aproximadamente **R\$ 80.583,33** (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), conforme Pesquisa de Mercado n. 06/2020 ([0501114](#)), e detalhamento abaixo:

Item	Período Da viagem	Quantidade de diárias	Preço 1 0504313	Preço 2 0504314	Preço 3 0504868	Preço 4 0507594	Preço 5 0507595	Valor médio estimado por item
1	06/07/2020 a 10/07//2020	5	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 17.500,00	R\$ 11.250,00	R\$ 14.750,00
2	31/08/2020 a 05/09/2020	6	R\$ 18.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 19.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 17.000,00
3	01/10/2020 a 05/10//2020	5	R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 28.600,00	R\$ 34.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 29.020,00
4	22/10/2020 a 26/10//2020	5	R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 34.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 29.300,00
Valor estimado total			R\$ 93.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 102.600,00	R\$ 106.000,00	R\$ 78.750,00	R\$ 90.070,00

5.2 Para a obtenção do valor estimado foram consideradas apenas os preços n. 1, 2 e 5. Com fundamento no **§ 2º do art. 2º da Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, os demais preços foram excluídos da média visto que manifestamente superiores ao praticado na praça. Registre-se que o valor disponível para esta contratação é de apenas R\$ 50.000,00, de modo que será necessário à COFC realizar o remanejamento de crédito para complementar a programação orçamentária em R\$ 30.583,33.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6 – DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

6.1 A contratação do serviço de transporte fluvial discriminado no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2020, devendo a despesa pleiteada ser custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP1- R\$ 25.000,00
	LDA TRANSP2 - R\$ 25.000,00
	FUN MATCON Eleições - R\$ 30.533,33
Total para programação	R\$ 80.583,33

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1 Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições definidas neste TR.

7.1.2 Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

7.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

7.2.1 Considerando que os valores individuais estimados para os itens da contratação pretendida não excedam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

7.2.2 Por sua vez, essa medida não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que as contratações similares com outros foram realizadas com empresas dessa categoria econômica.

7.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.3.1 A aceitação das propostas deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

I - Os preços apresentados pelos licitantes deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo todos os insumos tais como limpeza e combustíveis; mão de obra, tais como tripulantes e cozinheira; leis e encargos sociais decorrentes, enfim tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços propostos;

II - O valor estimado do item é o parâmetro máximo para aceitação do preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

III - Sagar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o menor preço para a execução dos serviços de cada um dos itens especificados no presente Termo de Referência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. A adjudicatária se comprometerá a iniciar e concluir os serviços nos locais e prazos definidos neste TR.

7.4 DA HABILITAÇÃO: Visando aferir a regularidade dos licitantes, deverão ser apresentados, para habilitação, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis:

7.4.1 HABILITAÇÃO FISCAL: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

7.4.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

7.4.2.1 A habilitação técnica desta embarcação deve ser composta dos seguintes documentos:

I - TIE - Título de Inscrição da Embarcação que será utilizada na execução dos serviços; de acordo com o art. 2º, VI, da Lei n. 9.537/97 e com as Normas de Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC, expedida pelo órgão naval competente;

II - Habilitação do condutor da Lancha, reconhecida pela Marinha do Brasil (**itens 01 e 02**), de acordo com o art. 2º, II e art. 7º da Lei n. 9.537/97 e com as Normas de Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC, expedida pelo órgão naval competente;

III - Habilitação do condutor do barco reconhecida pela Marinha do Brasil para transporte de cargas e passageiros (**itens 03 e 04**), de acordo com o art. 2º, II e art. 7º da Lei n. 9.537/97 e com as Normas de Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC, expedida pelo órgão naval competente;

IV - Certificado de Segurança da Embarcação – CSN, no qual esteja demonstrado: 1) a capacidade da embarcação; 2) Cartão de Tripulação de Segurança, nos termos da Lei n. 9.537/97, Decreto Federal n. 2.596/88, Normas de Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC, expedida pelo órgão naval competente e demais regulamentos expedido pela Marinha do Brasil e pela Delegacia Fluvial de Porto Velho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional deverá a licitante, sob pena de inabilitação, apresentar no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnica em seu nome**, comprovando a realização de serviços pertinentes e compatíveis em características com os serviços para os quais estiver apresentando proposta.

a) Para fins da verificação da compatibilidade dos serviços, será permitida o somatório de atestados ou declarações apenas e tão só se decorrentes da prestação de serviços em **períodos concomitantes**.

b) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.

c) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente e **PODERÃO** ser apresentadas com firma reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

8 - DO CONTRATO

8.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

I - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com a adjudicatária. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar: regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

II - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

III - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**

IV - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.2 DA GARANTIA CONTRATUAL:

8.2.1 A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

8.2.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

8.2.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

8.3.1 PRAZO DE EXECUÇÃO:

I - ITENS 1 E 2: A execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma dos serviços previstos na Tabela inserta no item 2 deste TR, os quais serão comunicados previamente pelo fiscal ou gestor do contrato, no prazo mínimo de 10 (dez) dias;

II - ITENS 3 E 4: A execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma dos serviços previstos na Tabela inserta no item 2 deste TR, os quais serão comunicados previamente pelo fiscal ou gestor do contrato, no prazo mínimo de 10 (dez) dias. **Os serviços descritos no item 4 somente serão demandados na ocorrência de 2º Turno das Eleições de 2020 no Município de Porto Velho.**

8.3.1.2 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

8.3.1.3 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

8.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA:

8.2.2.1 A contratação deverá ter **vigência a contar da data de assinatura do contrato até 30/11/2020.**

8.3.3 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

8.3.3.1 Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis.

8.3.3.2 Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

8.3.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

8.3.4.1 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, principalmente de solicitar formalmente à Contratada, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência da viagem, a disponibilização do barco, da voadeira e da tripulação, devendo constar da solicitação a hora de saída da embarcação;

III - Exigir e conferir o documento de garantia ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de rescisão do contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

IV - Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

V - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

VI - Notificar a contratada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

VII - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

VIII - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular, observado o seguinte procedimento:

a) Os pagamentos serão efetuados após cada viagem, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela 20ª Zona Eleitoral, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) No procedimento de conferência e ateste da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal, trabalhista e junto ao CNJ da Contratada. Caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

c) Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

d) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$.

f) A compensação financeira acima prevista será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Realizar o objeto do contrato em conformidade com as condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico e na sua proposta;

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da carta-contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE;

III - Apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93

IV - Atender às solicitações do Contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações detalhadas no contrato;

V - Cumprir os horários de saída determinados nas solicitações do Contratante;

VI - Movimentar e/ou acionar embarcação somente com a autorização da Contratante;

VII - Realizar o **Despacho no órgão de despachos** no dia da viagem, de acordo com a NORMAN-08/DPC;

VIII - Disponibilizar a embarcação contratada nas condições e especificações detalhadas pelo contratante neste termo de referência;

IX - Garantir que a tripulação esteja devidamente habilitado pela Marinha do Brasil;

X - Empregar embarcações em perfeitas condições de navegabilidade e de acordo com os requisitos previstos neste Termo de Referência e nas normas de navegabilidade;

XI - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da manutenção, da limpeza e higiene, e demais despesas decorrentes do bom funcionamento da embarcação;

XII - Responsabilizar-se pelos deslocamentos, diárias, estadias e alimentação da tripulação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XIII - Prover os materiais, equipamentos e pessoal técnico, necessários às operações/missões, de acordo com o tipo de embarcação contratada;

XIV - Apresentar ao Contratante, no início da operação, durante a respectiva vigência do contrato, ou sempre que for necessária a substituição da embarcação, o comprovante de homologação e documentação exigida pela Marinha do Brasil para funcionamento de embarcações, e demais documentos de porte obrigatório a bordo da embarcação;

XV - Cumprir todas as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria IBAMA n. 85/1996, todas relacionadas à emissão de poluentes derivados da queima do óleo diesel;

XVI - Responsabilizar-se pelas despesas de tarifas portuárias e de uso das comunicações;

XVII - Responsabilizar-se pelas despesas de ancoragem das embarcações;

XVIII - Apresentar ao Contratante, quando solicitado, documentos que comprovem a habilitação dos tripulantes perante a Marinha do Brasil, bem como documentos comprobatórios de vínculos empregatícios com a Contratada;

XIX - Manter relatório atualizado, com nome dos tripulantes e passageiros, nome e área de missão/operação, horários de acionamento e desacionamento, que deverão ser assinados diariamente pelo Piloto e pelo fiscal do contato;

XX - Comunicar imediatamente ao contratante, pelo meio mais rápido, qualquer discrepância ocorrida na embarcação, que venha afetar a segurança a bordo;

XVI - Arcar com as despesas decorrentes de eventuais infração/multas, taxas, emolumentos, impostos e outras advindas da legalização da(s) embarcação(ões);

XXII - Apresentar por sua conta as embarcações devidamente vistoriadas, homologadas e licenciadas pelos órgãos regulamentares, completamente limpos, abastecidos (tanque cheio) e com a manutenção em dia;

XXIII - Arcar com as despesas com todos os custos relativos às revisões programadas, manutenções preventivas e corretivas, necessárias a garantir o funcionamento das embarcações objeto da presente contratação, bem assim como as despesas eventuais com rebocadores, embarque ou transporte de cargas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXIV - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

XXV - Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

XXVI - Ocorrendo a indisponibilidade da embarcação, por quaisquer razões, a contagem da viagem será reiniciada após a disponibilidade daquela embarcação ou de outra com as mesmas especificações contidas neste Termo de Referência, no local onde foi interrompida a operação/missão ou em local definido pelo Contratante;

XXVII - indenizar o Contratante e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes do uso da embarcação ou desaparecimento de bens materiais do Contratante, seja por dolo ou culpa de seus empregados, relacionados com o objeto deste Termo de Referência;

XXVIII - Indenizar o Contratante e/ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de ações/omissões, seja por dolo ou culpa dos seus empregados, relacionados com o objeto deste Termo de Referência;

XXIX - Em caso de incidente ou acidente, a Contratada deverá custear todas as despesas decorrentes de: atendimento médico-hospitalar geral e irrestrito (pré-hospitalar, hospitalar, ambulatorial, fisioterápico, psicológico, etc.), de transporte e traslado, de funerais e demais despesas relacionadas diretamente ou indiretamente às vítimas e a terceiros;

XXX - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXXII - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 12 (doze) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

XXXIII - Manter-se, durante a execução da Carta-Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXXIV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

XXXV - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

XXXVI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXXVII - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 – DAS SANÇÕES

10.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

10.2 O descumprimento **injustificado** das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para **apresentar a garantia contratual**:

a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;

c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Prazo para disponibilização das embarcações em condições regulares de navegação nos prazos e horários acordados com os representantes do contratante:

- a) Atraso de até 2 (duas) horas: multa de 3,0% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- a) Atraso superior 2 (duas) horas até o limite de 6 (seis) horas: multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atrasos superiores 6 (seis) horas: multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III -Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 15% (quinze por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- d) Ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco), multa de 20% (vinte por cento) apurada sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

10.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

19.9 O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A gestão do Contrato ficará a cargo da COMAP e a fiscalização do contrato será realizada pelo **Chefe de Cartório da 20ª Zona Eleitoral**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

11.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

11.3 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 10/03/2020, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0507608** e o código CRC **ACCABBDA**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0507608v53

Criado por 011469242321, versão 53 por 009193402356 em 10/03/2020 17:24:31.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002655-19.2019.6.22.8000

INTERESSADOS: COMAP e 20ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de locação de transporte fluvial de passageiros (locação de lanchas e barcos). Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 52 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP ([0473978](#)), para registrar os procedimento de contratação de empresa especializada na locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas a necessidade de atendimento de demanda da 20ª Zona Eleitoral da capital, advinda do Pleito Eleitoral de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Para apurar o valor estimado da contratação em R\$ 80.583,33 (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) foi realizada a Pesquisa de Mercado n. 6/2020 – COMAP ([0504313](#), [0504314](#), [0504868](#), [0507594](#) e [0507595](#))

03. Com as necessárias instruções nos autos, o Termo de Referência n. 16 ([0507608](#)) foi elaborado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, condensando as principais informações da contratação e estabelecendo os termos pelos quais o serviço pretendido deve ser prestado.

04. A COMAP submeteu o TR 16 a consideração da 20ª Zona Eleitoral da capital, futura usuária dos serviços de locação de transporte fluvial de passageiros ([0512394](#)). A Chefe de Cartório, servidora Socorro Maria Coelho Soares, manifestou-se pela conformidade do instrumento ([0512977](#)).

05. Pela Remessa nº 137/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP (0518240), o Secretário da SAOFC tomou ciência do procedimento licitatório em comento, encaminhando os autos à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração do instrumento contratual para juntada em época própria e à AJDG para análise e emissão de parecer jurídico ([0518331](#)).

06. Na sequência a SPOF juntou aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 80.583,33** (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos)), informando seu respectivo Pré-empenho n. 2020PE000072 e que *“a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual; Lei de diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, PLDO e PLOA), conforme registros no processo [0002931-50.2019.6.22.8000](#)”*.

07. Ressalta-se que, segundo o inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, a COMAP é unidade responsável pela avaliação do Termo de Referência. No caso em tela, esse documento foi elaborado pela referida Coordenadoria. Assim, infere-se sua regularidade com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da lei 8.666/93, bem como o atendimento ao disposto no inciso II do artigo 3º da lei nº 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05.

08. Dessa forma instruídos, vieram os autos a esta Assessoria para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JÚRIDICA

09. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

10. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

11. Por sua vez, o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02 dispõe:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

12. No caso em tela, a contratação pretendida está definida de forma objetiva por meio das especificações constantes no item 2 – OBJETO, no TR 16 (0507608), indicando com clareza o padrão de qualidade exigido pela Administração para a prestação de serviços de locação de transporte fluvial de passageiros, por meio de embarcações tipo lanchas e barcos, com vistas a suprir o atendimento de demanda advinda da 20ª zona eleitoral no Pleito Eleitoral de 2020 que se avizinha. Nessa linha, evidencia-se a configuração do serviço em exame como comum.

13. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviço comum no mercado**, cujos padrões de qualidade são **objetivamente** definidos no edital (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19**, procedimento que, à margem de qualquer dúvida, foi incorporada no procedimento deste Tribunal através da Portaria 143/2005/TRE, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (**art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/19**).

14. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de **“menor preço”** oferecido para cada um dos **itens do certame**, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 7.3** do TR.

15. Sobre o valor estimado obtido por meio da Pesquisa de Mercado n. 006/2020-SLC, é necessário fazer alguns apontamentos. A Corte de Contas Nacional orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de **diversas fontes** propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (negritou-se)

16. Como visto a unidade SLC lastreou sua pesquisa com preços obtidos junto a empresas locais que operam suas atividades de transporte fluvial na capital do estado de Rondônia.

17. Entende-se que este meio (pesquisa no mercado local) se mostra o mais adequado para a situação, pois o mercado de transporte fluvial deve levar em consideração as particularidades das rotas fluviais. Assim, o valor estimado apresentado no TR aproxima-se de maneira mais precisa a realidade do objeto da contratação.

18. Ainda, verificou-se que o tipo de prestação de serviço que se quer contratar é muito restrito e com poucas empresas em Porto Velho que atendam a todas as exigências de habilitação contidas no Termo de Referência. Mesmo enviando e-mail e efetuando ligações telefônicas a várias empresas, não foi possível aferir o valor estimado, pois somente de uma se obteve resposta, foi necessário então o deslocamento de um servidor até o porto da cidade para obter mais uma cotação ([0504313](#) e [0504314](#)). Por sua vez a COMAP complementando a Pesquisa de Mercado nº 06 da SLC, fez a juntada aos autos de mais três cotações de preços no mercado local ([0504868](#), [0507594](#) e [0507595](#)).

19. Razoável comentar que por conta da peculiaridade do objeto, isso porque o valor depende da demanda de cada contratante, modificando a depender de múltiplas variáveis como quantidade de rotas, quantidade de passageiros, período de locação, entre outros, e o objeto ora demandado é muito personalizado, e por isso, não cotejável com a necessidade de outras entidades públicas, o que impossibilitou a pesquisa de preços em outros órgãos e entidades da Administração Pública.

20. Releva-se destacar a princípio que o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte ao futuro certame pode ser adotado no certame, porquanto o valor individual estimado para cada item do certame está dentro do limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamenta a LC 123/06, **salvo presentes as situações**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificantes enumeradas no art. 10º do mesmo regulamento, as quais devem ser evidenciadas nos autos.

21. Pois bem, reprise-se, tais tratamentos diferenciados somente poderão ser afastados caso presentes as situações justificantes enumeradas no artigo 10 do Decreto nº 8.538/15, as quais devem ser evidenciadas nos autos.

22. Vejamos, a unidade COMAP divide o objeto em quatro itens distintos cujo valor não ultrapassa o limite previsto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, todavia justifica dizendo que aplicar o regime de exclusividade na participação das ME/EPP'S no certame não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que contratações similares foram realizadas com empresas dessa categoria econômica (Item 7.2.2 do TR nº 16).

23. Por seu turno, verifica-se que o **Termo de Referência n. 16 (0507608)**, complementado pela Pesquisa de Mercado realizada nos autos, possui os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser **aprovado** pela autoridade competente, em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

III – CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa no valor de **R\$ 80.583,33** (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) ([0518472](#)), opina esta Assessoria Jurídica pela autorização da contratação pretendida, por meio da modalidade **pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, com a observância** do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado para os itens encontram-se no limite delineado pelo **art. 6º do Decreto 8.538/2015**.

25. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

26. Com relação a **minuta de carta-contrato a ser celebrada** - previsto no item 8 do Termo de Referência 16 ([0507608](#)) - o referido instrumento será analisado juntamente com a minuta do edital (art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002).

27. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/04/2020, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0520632** e o código CRC **0B915890**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0520632v12

Criado por 004891562321, versão 12 por 004891562321 em 02/04/2020 17:31:59.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002655-19.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada no transporte fluvial de passageiros.

DESPACHO Nº 487 / 2020 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP (evento [0473978](#)), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada no transporte fluvial de passageiros, para atendimento de demanda da 20ª Zona Eleitoral, advinda do Pleito Eleitoral de 2020, conforme especificações constantes do Termo de Referência n. 16/2020 (evento [0507608](#)).

A presente contratação foi estimada no valor de **R\$ 80.583,33 (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos)**, consoante pesquisa de mercado efetuada pela COMAP no mercado local (eventos [0504313](#), [0504314](#), [0504868](#), [0507594](#) e [0507595](#)).

A Coordenadoria Orçamentária, Financeira e Contábil (COFC) procedeu à programação orçamentária no valor de R\$ 80.583,33 (oitenta mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) para o atendimento da demanda no presente exercício ([0518472](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG opinou pela autorização da contratação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, com a observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação e informou que o instrumento contratual será analisado juntamente com a minuta de edital, nos termos do art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002 ([0520632](#)).

A SAOFC manifestou-se no mesmo sentido da Assessoria Jurídica ([0521087](#)).

Inicialmente, em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e que, por se tratar de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade são objetivamente definidos no edital (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19), tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, procedimento que foi incorporado no procedimento deste Tribunal pela Portaria 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/19).

A pretensa contratação foi justificada no item 3.1 do TR, constando a informação de que há 29 (vinte e nove) seções distribuídas ao longo das margens do Baixo Madeira, com uma população de 5.222 (cinco mil duzentos e vinte e dois) eleitores aptos a exercer seu direito de voto, motivo pelo qual a necessidade da presente contratação para transporte de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

materiais de votação, servidores, mesários, policiais militares, juízes eleitorais, membros do Ministério Público e outros colaboradores da Justiça Eleitoral.

Conforme asseverado pela unidade jurídica, entende-se que a pesquisa no mercado local é o meio mais adequado para a situação, pois o mercado de transporte fluvial deve levar em consideração as particularidades das rotas fluviais. Assim, o valor estimado apresentado no TR aproxima-se de maneira mais precisa a realidade do objeto da contratação.

O edital de licitação, conforme o que dispõe o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, deve estabelecer o tipo de licitação menor preço. Vale registrar, que em razão do valor estimado, para cada item, encontrar-se dentro dos limites delineados pelo art. 6º, do Decreto 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, aplica-se o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's.

A COMAP, unidade responsável pela análise técnica do TR no âmbito deste Tribunal, conforme o inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, foi a responsável pela elaboração do referido documento. Subentende-se, portanto, sua regularidade com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da lei 8.666/93, bem como o atendimento ao disposto no inciso II do artigo 3º da lei nº 10.520/2002 e que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19.

Registra-se, por fim, que a minuta de carta-contrato a ser celebrada - prevista no item 8 do Termo de Referência 16 ([0507608](#)) - será analisada pela AJDG juntamente com a minuta do edital (art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002).

Ante o exposto, diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa e com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretoria-geral:

1 - APROVA o Termo de Referência nº. 16/2020 ([0507608](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no artigo 3º, XI do Decreto 10.024/2019;

2 - AUTORIZA a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, estabelecendo o tipo de licitação "menor preço por item", com fulcro na Lei n. 10.520/02 e no Decreto 10.024/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

3- DETERMINA a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019; e

5 – AUTORIZA a aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/04/2020, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0521627** e o código CRC **4DE26FB0**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0521627v12

Criado por 026098941465, versão 12 por 004577222313 em 06/04/2020 16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002655-19.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP e 20ª Zona Eleitoral

ASSUNTO: Minutas de Carta-Contrato e Edital – Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de locação de transporte fluvial de passageiros (locação de lanchas e barcos). Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 71 / 2020 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP ([0473978](#)), para registrar os procedimento de contratação de empresa especializada na locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas a necessidade de atendimento de demanda da 20ª Zona Eleitoral da capital, advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria, por meio do Parecer Jurídico nº 52/2020 – PRES/DG/AJDG ([0520632](#)), oportunidade na qual se opinou pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item**, nos termos da Lei n. 10.520/02 e **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, com a observância** do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado para os itens encontram-se no limite delineado pelo **art. 6º do Decreto 8.538/2015**, observado a **aplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's, bem como **a restrição na divulgação dos preços estimados**, por fim, manifestou-se pela elaboração da minuta de termo contratual, a qual receberia a análise jurídica juntamente com o edital do certame.

03. Sobrevindo as manifestações do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (Manifestação n. 142/2020 – GABSAOFC – [0521087](#)) e o despacho do Diretora-Geral (Despacho n. 487/2020 – GABDG - [0521627](#)), no qual aprovou o TR n. 16/2020 ([0507608](#)) e autorizou a licitação pretendida, **nos moldes sugeridos**.

04. Prosseguindo o feito, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta da Carta-Contrato ([0523055](#)). A Seção de Licitações e Compras – SLC solicitou esclarecimentos a COMAP quanto ao critério de aceitação da proposta. Em resposta a unidade diligenciada informou que a empreitada será por preços unitários e a unidade de medida dos serviços será a diária. A justificativa é a de que embora as viagens tenham um período pré-definido no TR, a adoção desse parâmetro justifica-se pela possibilidade de o fiscal ou gestor do contrato, eventualmente e diante de uma situação concreta, reduzir ou até mesmo ampliar a quantidade de dias previstos para a execução das atividades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Na oportunidade a COMAP, à cautela, expos a necessidade de inserir alterações no TR para flexibilizar as datas das viagens definidas anteriormente no cronograma de viagens (incisos I e II do item 8.3.1 do TR), assinalando como causa a situação excepcional vivenciada em decorrência da **pandemia da COVID-19** e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir.

06. Dando seguimento a SLC juntou cópia da Portaria nº 703/2019, que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano ([0525193](#)) e a minuta do instrumento convocatório ([0525194](#)). Por fim, remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0525239](#)), por força do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/63. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

08. Verifica-se que a minuta do edital ([0525194](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Nessa linha, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

09. Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de transporte fluvial de passageiros, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), as propostas e os lances serão ofertados **POR ITEM**, considerando o **VALOR TOTAL DE DIÁRIAS PARA CADA ITEM**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico, consoante subtópicos 5.2.1 e 7.1.1.

10. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (itens 9.1 e 9.2), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constante no item 9.3 “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

11. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente nos itens 9.5 e 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas a partir da solicitação pelo Pregoeiro para o envio de toda e qualquer documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos da Instrução Normativa MPOG nº 1, de 26 de março de 2014.

12. Verificou-se a presença dos seguintes erros materiais na minuta ora em análise, que deverão ser corrigidos antes da publicação do edital:

a) no subitem 1.1, a forma de execução INDIRETA, sob o regime de EMPREITADA POR **PREÇO** UNITÁRIO e,

b) no subitem 4.1, letra “a.1”, cita a IN SLTI/MPOG nº 02/2010 que foi revogada pela IN nº 03, de 26 de abril de 2018.

13. No tocante a adequação recebida no texto referente ao prazo de execução do objeto, esta unidade jurídica nada tem a opor, estamos vivenciando uma realidade de pandemia no mundo e nada mais coerente do que a medida de zelo implementada pela COMAP, alertando os licitantes de que o cronograma poderá vir a sofrer alterações (item 8.3.1 do TR).

14. Com relação a minuta do Contrato, em análise formal dos seus termos percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

15. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica APROVA os termos da **minuta de Carta-Contrato (0525233) e do Edital de Pregão Eletrônico (0525194)**, estando este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 22/04/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0526757** e o código CRC **C10C9BFE**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0526757v8

Criado por 004891562321, versão 8 por 004891562321 em 22/04/2020 18:01:51.:43:03.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002655-19.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: 1. Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 13/2020 - Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de locação de transporte fluvial de passageiros (locação de lanchas e barcos) **2. Análise recursal** – Empresa Recorrente: **V&L Transportes LTDA**.

PARECER JURÍDICO Nº 103 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo aberto pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP ([0473978](#)), para registrar os procedimento de contratação de empresa especializada na locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas a necessidade de atendimento de demanda da 20ª Zona Eleitoral da capital, advinda do Pleito Eleitoral de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico juntada ao evento [0525194](#), foi objeto de análise desta AJDG e seus anexos pelo Parecer Jurídico nº 71/2020-PRES/DG/AJDG ([0526757](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2020 ([0527295](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o Edital de Pregão Eletrônico citado teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO ([0527296](#)). Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento nº [0527979](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPARASNET ([0533838](#));

b) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame – T. A. DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO, CNPJ nº 23.568.184/0001-96 ([0533840](#)), e seus respectivos documentos de habilitação ([0533841](#), [0533842](#) e [0533844](#));

c) proposta inicial para os itens 3 e 4 da empresa participante do certame – J. M. SENA EIRELI, CNPJ nº 31.610.821/0001-73 ([0533846](#)), e seus respectivos documentos de habilitação ([0533847](#) e [0533848](#));

d) proposta inicial para o item 1 da empresa participante do certame – V&L TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ nº 84.705.987/0001-30 ([0533851](#)), e seus respectivos documentos de habilitação ([0533852](#), [0533856](#), [0533857](#));

f) Solicitação nº 49/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0534014](#)), o Pregoeiro solicita manifestação da unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demandante sobre a documentação de habilitação apresentada pelas empresas V&L TRANSPORTES LTDA e JM SENA EIRELI, se atendem ou não ao exigido no Termo de Referência, especialmente no tocante à qualificação técnica. Manifestação da unidade técnica – COMAP ([0534445](#));

g) Informação nº 31/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0536388](#)), justificando a discordância com a manifestação técnica referente ao atestado da empresa JM SENA emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho e informando a habilitação da referida empresa;

h) Ata do Pregão Eletrônico nº 13/2020 ([0541377](#)) com declaração de habilitação das empresas V&L TRANSPORTES LTDA. (vencedora dos itens 1 e 2) e J. M. SENA EIRELI (vencedora dos itens 3 e 4);

i) recurso interposto pela licitante V&L TRANSPORTES LTDA. ([0540810](#) e [0540811](#));

j) contrarrazões ao recurso apresentada pela licitante vencedora, J. M. SENA EIRELI ([0540813](#));

l) Manifestação nº 21/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0541136](#)) sobre as razões e contrarrazões apresentadas a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro;

m) decisão do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0541380](#));

n) Termo de adjudicação dos itens 1 e 2 ([0541394](#)).

06. Por fim, o pregoeiro apresenta seu Relatório nº 33/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação dos itens 3 e 4 e homologação do certame ([0541381](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 77 - [0541397](#)). **É o relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação do aviso ([0527296](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0533838](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 13/2020 ([0541377](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0541381](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (COMAP), o qual analisou as especificações técnicas dos serviços ofertado e opinou na classificação e na aceitação dos itens, conforme Manifestação nº 21/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0541136](#)).

g) Fase de Habilitação: No tocante aos itens 1e 2, a T. A. DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO não apresentou o atestado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de capacidade técnica exigidos no subitem 9.3, “e”, do Edital nº13/2020, portanto, foi inabilitada ([0533841](#), [0533842](#) e [0533844](#)). Assim, após a inabilitação acima mencionada, o pregoeiro analisou os documentos habilitatórios da licitante V&L TRANSPORTE LTDA e declarou-a habilitada ([0533852](#), [0533856](#), [0533857](#) e [0534445](#)). Quanto aos itens 3 e 4, a licitante J. M. SENA EIRELI atendeu os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostada no feito ([0533847](#) e [0533848](#)) e foi habilitada. Ressalta-se que o pregoeiro acolheu parcialmente a manifestação da unidade demandante ([0534445](#)), pois entendeu que o atestado de capacidade técnica atendia as normas do edital ([0536388](#)).

h) Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito pelo não acolhimento do pedido, posto que improcedente ([0540810](#), [0540811](#) e [0540813](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto (itens 3 e 4) caberá a autoridade superior.

11. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

12. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

13. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

14. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

15. Com relação ao mérito julgado improcedente, a empresa recorrente não apresentou razões plausíveis para frutificar suas alegações recursais. Em suas razões de recurso, noticia que a decisão pela qual ela foi inabilitada, devido ao atestado de capacidade técnica apresentado não atender os requisitos do edital para os itens 3 e 4, merece ser reformada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Alega que o atestado de capacidade técnica-operacional apresentado pela licitante J. M. SENA EIRELI, subscrito pela SEMAGRIC, não apresenta informações aprofundadas sobre os serviços prestados à Prefeitura do Município de Porto Velho, como por exemplo o período das viagens e o nome da embarcação que foi utilizada. Conjecturou a possibilidade de crime realizada pela vencedora dos itens 3 e 4 na execução do serviço atestado. Também, alega que no pregão deste serviço não se observou o Termo de Referência nº 215/SML/2019 com relação a apresentação de atestado de capacidade técnica e que a empresa não possui a embarcação necessária para sua realização.

16. Em suas contrarrazões, a vencedora dos itens 3 e 4 alega que o documento questionado é autêntico, possui lastro em processo administrativo devidamente instruído, e que comprova a realização de serviços compatíveis em características com o objeto do certame. Quanto à discussão sobre procedimento atinente a contratação feita pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC extrapola os poderes administrativos e a competência do pregoeiro, também o TRE-RO não é competente para averiguar a regularidade da contratação feita pelo Município de Porto Velho. Além disso, afirma possuir embarcação e tripulação para prestação do serviço licitado.

17. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0541380](#)).

18. Primeiramente, destaca-se que houve a manifestação da unidade demandante, oportunidade em que analisou todos os pontos alegados pela recorrente sobre o atestado de capacidade técnica-operacional e ausência de prova de propriedade da embarcação da recorrida. E sugeriu ao pregoeiro a realização de diligência para certificação da autenticidade ou conformidade do atestado de capacidade técnica - ATC, fornecido pela Prefeitura do Município de Porto Velho – SEMAGRIC. Ou, caso vencida esta questão, oportunizar à licitante comprovar a arqueação bruta do barco empregado nos serviços prestado à SEMAGRIC e as características da embarcação utilizada no transporte de cargas e passageiros dos serviços prestados à empresa PF Industria e Comercio de Pescados – FPG de Araújo – ME.

19. Contudo, a sugestão não foi adotada pelo pregoeiro, pois este entendeu que: a) a autenticidade do ATC estava devidamente comprovada, uma vez que foi assinado por autoridade competente, seus dados encontram-se compatíveis com o portal de transparência da Prefeitura; b) o TR da licitação, ora em análise, não faz essa exigência, não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo lícito ao pregoeiro solicitá-la; e c) utilizou-se apenas o ACT emitido pela Prefeitura na avaliação da habilitação da licitante vencedora, não sendo necessário averiguar as características da embarcação utilizada nos serviços prestados à PF Indústria e Comércio de Pescadores – FPG de Araújo - ME.

20. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao afastar de sua análise as alegações sobre possível caracterização de conduta criminosa, tendo em vista que o recurso em Pregão Eletrônico não é meio processual adequado para esse tipo de investigação.

21. Quanto aos elementos do ATC, o pregoeiro justifica a manutenção de sua decisão, no seguinte trecho, *in verbis*:

6.5. De acordo com decisão do TCU: “É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. (Ac. TCU 914/2019-Plenário)”.

6.6. Ora, o edital e o Termo de Referência devem estabelecer objetivamente quais parâmetros devem ser observados no julgamento do atestado de capacidade técnica. Isso implica dizer que não é o Pregoeiro, muito menos a licitante, quem estipula os critérios, mas apenas e tão somente o edital. Se o instrumento convocatório estipulou a exigência de comprovação de serviço pertinente, compatível, equivalente ou superior, sem adentar ao cálculo de quantitativos ou percentuais, não pode o Pregoeiro inovar e criar números, percentuais ou níveis de tolerância ao seu bel prazer. Se o objeto licitado trata de transporte fluvial de 60 passageiros e a licitante apresenta um atestado de capacidade técnica demonstrando transporte fluvial de, no mínimo, 25 passageiros, em um barco com estrutura mínima de tripulação, cozinha, barco de apoio e fornecimento de insumos (limpeza, combustível e outros), parecer ser compatível.

6.7. De outro lado, importante destacar que nem o edital nem o termo de referência exigiram que o atestado de capacidade técnica apresentasse número mínimo de passageiros, tamanho mínimo do barco, capacidade de carga ou período mínimo de viagem. Também não foi exigido, em lugar algum, que o atestado de capacidade técnica se refira ao barco que está sendo ofertado do certame, limitando-se a exigir que o atestado esteja em nome da licitante, nada falando sobre qual barco. Por isso, achando-se vinculado ao edital, não pode o Pregoeiro exigir aquilo que não foi previsto no instrumento convocatório.

6.8. Assim, entendemos que, em uma análise objetiva, os elementos mínimos expressamente previstos no Termo de Referência e no Edital foram atendidos pela vencedora, não sendo lícito ao Pregoeiro invocar elementos e requisitos não constantes no instrumento convocatório.

22. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

23. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

24. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

25. A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

26. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante das aquisições, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

27. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final, não deixou de ser alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou certa vantagem, conforme a ata do certame ([0541377](#)).

29. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

30. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

31. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto, referente aos itens 3 e 4, em favor da empresa J. M. SENA EIRELI, CNPJ n. 31.610.821/0001-73, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

b) pela homologação do certame pela autoridade competente, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0541394](#)), com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

32. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 01/06/2020, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 01/06/2020, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0542401** e o código CRC **83053EB6**.

0002655-19.2019.6.22.8000

0542401v18

Criado por 014827562356, versão 18 por 004577222313 em 01/06/2020 17:35:02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002655-19.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP.

ASSUNTO: Decisão do recurso da empresa V&L Transportes LTDA e Homologação do Pregão nº 13/2020.

DECISÃO Nº 7 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo aberto pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP ([0473978](#)), para registrar os procedimento de contratação de empresa especializada na locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas a necessidade de atendimento de demanda da 20ª Zona Eleitoral da capital, advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

Após a aprovação da despesa, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do Edital de Pregão Eletrônico n. 13/2020 ([0527295](#)). Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0541377](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0541381](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.

Verifica-se, que a licitante V&L TRANSPORTES LTDA apresentou a melhor proposta para os itens 1 e 2 e a empresa J. M. SENA EIRELI para os itens 3 e 4 ([0533838](#)).

Não havendo registro de intenção de recurso para os itens 1 e 2 do objeto, estes foram adjudicados à empresa V&L TRANSPORTES LTDA, conforme Termo de Adjudicação juntado aos autos ([0541394](#)). A empresa V&L TRANSPORTES LTDA manifestou intenção de recurso contra decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa J. M. SENA EIRELI para os itens 3 e 4 ([0540810](#)).

Em suas razões recursais ([0540811](#)), aduz que o atestado de capacidade técnica-operacional apresentado pela licitante J. M. SENA EIRELI, subscrito pela SEMAGRIC, não apresenta informações aprofundadas sobre os serviços prestados à Prefeitura do Município de Porto Velho, como por exemplo o período das viagens e o nome da embarcação que foi utilizada. Alega que a licitante não apresentou a documentação da embarcação utilizada nos serviços, tendo em vista que a recorrida não possui tal equipamento, que apenas loca equipamentos e não comprova ter qualificação técnica.

Em suas contrarrazões ([0540813](#)), a licitante recorrente alega que o atestado de capacidade técnica expedido pela SEMAGRIC em seu favor é autêntico, o que poderia ser confirmado no chat do sistema eletrônico de licitações, e que possui barco, exatamente do qual enviou o documento, possui tripulação e está apta a prestar os serviços.

Em sua manifestação ([0541380](#)), o pregoeiro relatou que a autenticidade do ACT estava devidamente comprovada, uma vez que foi assinado por autoridade competente, seus dados encontram-se compatíveis com o portal de transparência da Prefeitura; que o TR da licitação não faz essa exigência, não sendo lícito ao pregoeiro solicitá-la; e que foi utilizado apenas o ACT emitido pela Prefeitura na avaliação da habilitação da licitante vencedora, não sendo necessário averiguar as características da embarcação utilizada nos serviços prestados à PF Indústria e Comércio de Pescadores – FPG de Araújo - ME. Dessa forma, conclui pela improcedência do recurso.

É o necessário. Passo à análise do recurso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço do recurso.

No mérito, verifico que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifico que a recorrida apresentou, junto com os demais documentos de habilitação, o atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho em seu nome. Tal documento foi assinado por autoridade competente, o Sr. Francisco Evaldo de Lima, Secretário Adjunto da SEMAGRIC, bem como os dados atestados encontram-se compatíveis com o portal de transparência da Prefeitura ([0541293](#)). Assim, restou comprovada a autenticidade do documento.

Acerca dos elementos constantes no atestado de capacidade técnica apresentado, a recorrente alega a ausência dos seguintes elementos: a) Não foram mencionados os períodos da viagem. b) Não foi destacado o total de passageiros e cargas transportadas em cada viagem. c) Não foi mencionado o nome da embarcação que foi utilizada nas viagens. Ocorre que, como bem asseverado pelo pregoeiro, nem o edital nem o termo de referência exigiram que o atestado de capacidade técnica apresentasse número mínimo de passageiros, tamanho mínimo do barco, capacidade de carga ou período mínimo de viagem. Também não foi exigido, em lugar algum, que o atestado de capacidade técnica se refira ao barco que está sendo ofertado, limitando-se a exigir que o atestado esteja em nome da licitante, nada falando sobre qual barco.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe lembrar a redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “*a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada*”. Logo, não há espaço para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital.

Com relação ao atestado de capacidade técnica, , dispõe o item 9.3 do edital:

(...)

e) Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional deverá a licitante, sob pena de inabilitação, apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica em seu nome, comprovando a realização de serviços pertinentes e compatíveis em características com os serviços para os quais estiver apresentando proposta.

e.1) Para fins da verificação da compatibilidade dos serviços, será permitida o somatório de atestados ou declarações apenas e tão só se decorrentes da prestação de serviços em períodos concomitantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e.2) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.

e.3) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente e PODERÃO ser apresentadas com firma reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

Nesse caso, verifica-se que a recorrida apresentou um atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público subscrito por servidor devidamente identificado e dotado pela própria natureza de seu cargo de fé pública. Além disso, o atestado deve ser pertinente e compatível de serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior. Conforme relatado pelo pregoeiro, o atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho comprova o transporte de, no mínimo (podendo ser mais), 25 passageiros, que corresponde cerca de 41,6% da capacidade exigida no TR (60 pessoas), além de estrutura de cozinha e lancha de suporte, aparentando ser compatível com o objeto.

Por fim, quanto à capacidade do barco (que não é objeto de análise do atestado de capacidade técnica, por ausência de previsão nesse sentido), é de 102 passageiros, conforme folha 6 do evento [0533848](#). Portanto, capacidade superior à exigida.

Conclui-se, portanto, que o atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho comprova o mínimo objetivamente definido no edital. Dessa forma, a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e 10.520/2002, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0541377](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral:

a) **Conhece do recurso** interposto pela empresa V&L TRANSPORTES LTDA e, **no mérito, nega provimento**, mantendo inalterada a decisão do pregoeiro em todos os seus fundamentos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) **ADJUDICA o objeto descrito nos itens 3 e 4 em favor da empresa J. M. SENA EIRELI, CNPJ 31.610.821/0001-73**, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 13/2020 (0527295)**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/06/2020, às 19:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0542740** e o código CRC **A17B7F8C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSÃO : 08Jun20 NUMERO: 2020NE000400
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDEREÇO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 84705987/0001-30 - V&L TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO : JOSE DE ALENCAR 2062 BAIXA UNIAO
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-860

TAXA CAMBIO:
OBSERVAÇÃO / FINALIDADE
G/COMAP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM TRANSPORTE FLUVIAL, CONFORME
TERMO DE REFERÊNCIA 16 (0507608), PE Nº 13/2020, PARECER JURÍDICO DA AJDG
(0542401), DECISÃO 7 DA DG(0542740) E DESPACHO 935 DA SAOFC(0543379).

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339033 000000 LDA TRANSP1
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 0002655192019622800
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 25.355,00
VINTE E CINCO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS*****

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339033 SUBITEM: 03 -LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 11.525,00
VALOR DO SEQ. : 11.525,00

SERVIÇO DE TRANSPORTE FLUVIAL DE PASSAGEIROS; EMBARCAÇÃO: VOADEIRA, TIPO LAN
CHA - 06 PESSOAS; PERÍODO: 06/07 A 10/07/2020; ITINERÁRIO: PORTO VELHO - DEMAR
CAÇÃO RIO MACHADO - CALAMA - PAPAGAIOS - SANTA CATARINA - NAZARÉ - LAGO DO CU
NIÃ - TERRA CAÍDA - SÃO CARLOS - PORTO VELHO; 05 (CINCO) DIAS.

SUBTOTAL : 11.525,00

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAUJO LOPES:260468
DN: cn=RA, ou=CP-Brasil, ou=Autoridade
Certificadora de Justiça - AC-JUS, ou=Cam
pus Institucional-A3, ou=Tribunal
Regional Eleitoral de Rondônia-TRE-RO,
ou=Serviço, cn=LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468
Data: 2020.06.08 16:36:53 -04'00'

FRANCISCO
PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO
PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: cn=RA, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por
CertSign, Certificado Digital,
cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO:16251784253
Data: 2020.06.08 14:17:44 -04'00'



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSION : 08Jun20 NUMERO: 2020NE000400 PROCESSO: 0002655192019622800
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREDOR : 84705987/0001-30 - V&L TRANSPORTES LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	13.830,00
			VALOR DO SEQ. :	13.830,00

SERVIÇO DE TRANSPORTE FLUVIAL DE PASSAGEIROS; EMBARCAÇÃO: VOADEIRA, TIPO LANCHA - 06 PESSOAS; PERÍODO: 31/08 A 05/09/2020; ITINERÁRIO: PORTO VELHO - DEMARCAÇÃO RIO MACHADO - CALAMA - PAPAGAIOS - SANTA CATARINA - NAZARÉ - LAGO DO CUNIA - TERRA CAÍDA - SÃO CARLOS - PORTO VELHO; 06 (SEIS) DIAS.

T O T A L : 25.355,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinatura de Francisco Parentes da Costa
COSTA FILHO N.º 16251784253
CPF: 162.517.842-53
Assinatura de LIA MARIA ARAUJO LOPES
LIA MARIA ARAUJO LOPES N.º 260468
CPF: 260.468.111-11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 12/2020/TRE-RO, assinada em 09/06/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2020. Contratada: V&L TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ n. 84.705.987/0001-30. Objeto: Item 01 e 02 do Edital - Serviço de locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018, 3555/2000 e 10.024/2019. Vigência: A contar de 09/06/2020 até dia 30/11/2020. Valor: R\$ 25.355,00. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33-03. Nota de Empenho 22020NE000400, de 08/06/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 487/2020 - PRES/DG/GABDG, de 06/04/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 07/2020 - PRES/DG/GABDG, de 02/06/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor VALDO VIEIRA GOMES. Processo SEI: 0002655-19.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 09/06/2020, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0545590** e o código CRC **6704B843**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 110, quarta-feira, 10 de junho de 2020

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 10/2020. Pregão nº 12/20 - Eletrônico. SEI 0038436-43.2019.6.32.8000. CONTRATANTE: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Dominante Comércio e Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 24.126.948/0001-55. Objeto: a prestação de serviços continuados de manobra de veículos, com alocação de mão de obra vinculada à categoria de manobrista (garagista). VIGÊNCIA: 17 meses, com início em 01 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2021. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/02, nos Decretos nºs 3.555/00, 10.024/19 e 8.538/15, à Lei Complementar nº 123/06, à Resolução TSE nº 23.234/10, à Lei nº 8.666/93. VALOR: 427.765,68. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122003320GP0026. Natureza da despesa: 339037. Nota de empenho: 2020NE000563, de 05/05/2020. Valor do empenho: R\$ 111.827,70. Programa: 0206100342690001. Natureza da despesa: 339037. Nota de empenho: 2020NE000567, de 05/05/2020. Valor do empenho: R\$ 47.551,50. DATA DE ASSINATURA: 01/06/2020. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pela Contratada, Marcelo Jorge Alves de Luna, Sócio Diretor.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE PREÇOS REGISTRADOS

Procedimento Licitatório nº 14/2020 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SEI nº 0013203-17.2019.6.18.8000) Objeto: Aquisição de materiais de consumo elétrico e eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata será encontrada na íntegra, no site www.tre-pi.jus.br. Ata nº 13/2020: H I P COMÉRCIO ELETRO FÔNIA EIRELI (CNPJ: 16.866.828/0001-67) - Item 18: tomada simples para sistema RJ 45 de sobrepôr, quantidade: 500 unidades, valor unitário: R\$ 9,00 (nove reais); Item 19: tomada dupla para sistema RJ 45 de sobrepôr, quantidade: 500 unidades, valor unitário: R\$ 13,86 (treze reais e oitenta e seis centavos). Valor total da ata: R\$ 11.430,00 (onze mil, quatrocentos e trinta reais).

EXTRATO DE PREÇOS REGISTRADOS

Procedimento Licitatório nº 14/2020 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SEI nº 0013203-17.2019.6.18.8000) Objeto: Aquisição de materiais de consumo elétrico e eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata será encontrada na íntegra, no site www.tre-pi.jus.br. Ata nº 13/2020: H I P COMÉRCIO ELETRO FÔNIA EIRELI (CNPJ: 16.866.828/0001-67) - Item 18: tomada simples para sistema RJ 45 de sobrepôr, quantidade: 500 unidades, valor unitário: R\$ 9,00 (nove reais); Item 19: tomada dupla para sistema RJ 45 de sobrepôr, quantidade: 500 unidades, valor unitário: R\$ 13,86 (treze reais e oitenta e seis centavos). Valor total da ata: R\$ 11.430,00 (onze mil, quatrocentos e trinta reais).

EXTRATO DE PREÇOS REGISTRADOS

Procedimento Licitatório nº 21/2020 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SEI nº 0005702-75.2020.6.18.8000) Objeto: Aquisição de material de limpeza e higiene, bem como de proteção e segurança, pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata será encontrada na íntegra, no site www.tre-pi.jus.br. Ata nº 22/2020: ROBALDO ALVES LIMA - ME (CNPJ: 63.505.812/0001-09) - Item 2 - Luva de Látex P. Marca: VOLK. Quantidade: 100 calças com 100 un. Valor unitário: R\$ 29,22 (vinte e nove reais e dois centavos). Item 3 - Luva de Látex M. Marca: VOLK. Quantidade: 300 calças com 100 un. Valor unitário: R\$ 29,35 (vinte e nove reais e trinta e cinco centavos). Item 4 - Luva de Látex G. Marca: VOLK. Quantidade: 300 calças com 100 un. Valor unitário: R\$ 30,31 (trinta reais e um centavo). Valor total da ata: R\$ 20.820,00 (vinte mil e oitocentos e vinte reais).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico/protocolo nº 11168/2014; 2) Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 8/2015 - TRE/RN; 3) Objeto: a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, de 10/06/2020 até 10/06/2021; b) Valor do Aditivo: R\$ 98.000,00; 4) Contratada: BSA TIC SOLUÇÕES LTDA-EPP (CNPJ: 04.202.019/0001-71); 5) Fundamento legal: Lei nº 8.666/1993; 6) Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 8/2015 - TRE/RN não ratificadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 07/06/2020; 8) Signatários: Pela contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela contratada, Fabrício Chaves Cavalcante de Oliveira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico/protocolo nº 11168/2014; 2) Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 9/2015 - TRE/RN; 3) Objeto: a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, de 10/06/2020 até 10/06/2021; b) Valor do Aditivo: R\$ 1.392.000,00; 4) Contratada: INTERIATO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP (CNPJ: 07.387.503/0001-00); 5) Fundamento legal: Lei nº 8.666/1993; 6) Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 9/2015 - TRE/RN não ratificadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 07/06/2020; 8) Signatários: Pela contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela contratada, Erich Matos Rodrigues.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 - UASG 70021

Nº Processo: 0009970-91.2020.6. Objeto: Aquisição de EPIs (escudo facial, jaleco, luva descartável, álcool gel, álcool líquido, borrifador, gorro e protetor) para a prevenção à COVID 19, conforme Termo de Referência e demais estipulações do edital. Total de Itens Licitados: 9. Edital: 10/06/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Padre Cícero, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edita/70021-5-00025-2020. Entrega das Propostas: a partir de 10/06/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/06/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor - Geral

(SIASGnet - 09/06/2020) 70021-00001-2020NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 - UASG 70017

Nº Processo: 20190000498971. Objeto: Aquisição de material elétrico, eletrônico e de lógica. Total de Itens Licitados: 11. Edital: 10/06/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194, 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edita/70017-5-00025-2020. Entrega das Propostas: a partir de 10/06/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/06/2020 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Pregoeiro

(SIASGnet - 09/06/2020) 70017-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 12/2020, assinada 09/06/20. Pregão Eletrônico 13/20. Contratada: VAL TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ 84.705.987/0001-30. Objeto: Item 01 e 02 do Edital - Serviço de locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020. Fundamento: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/93 e 10.520/02, e Decretos Federais 9507/18, 3555/00 e 10.024/19. Vigência: A contar de 09/06/20 até dia 30/11/20. Valor: R\$ 25.355,00. Nota de Empenho 000400, de 08/06/20. Homologação: DECISÃO 07/20 - GABDG, de 02/06/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, VALDO VIEIRA GOMES. Processo SEI 0002655-19.2019.6.22.8000.

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 13/2020, assinada 09/06/20. Pregão Eletrônico 13/20. Contratada: J. M. SENA EIRELI, CNPJ 31.610.821/0001-73. Objeto: Item 03 e 04 do Edital - Serviço de locação de transporte fluvial de passageiros, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020. Fundamento: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/93 e 10.520/02, e Decretos Federais 9507/18, 3555/00 e 10.024/19. Vigência: A contar de 09/06/20 até dia 30/11/20. Valor: R\$ 44.000,00. Notas de Empenho 000401 e 000402, de 08/06/2020. Homologação: DECISÃO 07/20 - GABDG, de 02/06/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, JOSIANA MACIEL SENA. Processo SEI 0002655-19.2019.6.22.8000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo à Carta-Contrato 14/2017, de 09/06/20. Locador: DALTO PIMENTEL DA COSTA, CPF 253.879.558-30. Objeto: Prorrogar a vigência contratual por mais 12 meses, a contar de 21/06/20. Valor: R\$ 38.020,08. Fundamento: Cláusula 4ª da Carta-Contrato c/c art. 51 da Lei 8.245/91. Programa de Trabalho 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33.90.36-15, Nota de Empenho 399, de 05/06/20. Autorização: DESPACHO 796/GABDG, de 04/06/20. Signatários: pelo Locatário, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, e, pelo Locador, DALTO PIMENTEL DA COSTA. Processo 0000858-76.2017.6.22.8000.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 08/2020/TRE-RO, assinado em 09/06/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2020. Contratada: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, CNPJ n. 05.657.234/0001-20. Objeto: Prestação de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial concernentes em exames periódicos e complementares, serviços auxiliares de diagnósticos e de terapias, inclusive internações clínicas e/ou cirúrgicas, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme Arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, sem carência, em conformidade com o art. 19, §1º, inciso I da Lei nº 9.556, de 3 de junho de 1998. Fundamento Legal: artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, na Lei 9661/2000, nas resoluções e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Saúde - ANAC, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLT/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 16/06/2020, e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 4.310.207,96. Programa de Trabalho: 02301003320040011. Elemento de Despesa: 33.90.39.50. Notas de Empenho n. 2020NE000396 de 01/06/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 420/2020-PRES/DG/GABDG, de 27/03/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 764/2020-PRES/DG/GABDG, de 28/05/2020. Signatários: pelo Contratante, e Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, os Senhores ROBSON JORGE BEZERRA e SALEH MOHAMAD MOHAMOUD ABDUL RAZZAK, Processo SEI: 0002624-96.2019.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TRE/RR. Processo Administrativo n. 0001406-69.2020.6.23.8000. Contratada: Instituto Educare Ltda. Objeto: Treinamento "Redação Oficial com Ênfase em Cartórios Eleitorais". Valor: R\$ 6.840,00. Vigência: até 31/12/2020. Fundamento Legal: Art. 25, II, da LICA. Reconvencimento: Despacho 7551 (0542194). Natiz: Decisão 510 (0542345). Assina, pelo TRE/RR, Alex Caon Fin, Diretor-Geral, na data de 06/06/2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: OI S/A, em Recuperação Judicial. CNPJ da Contratada: 76.535.764/0001-43. Objeto: Termo Aditivo n. 055/2020, referente ao Contrato n. 001/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de comunicação multimídia para as unidades administrativas do TRESC (supressão de 2 [dois] links de comunicação de dados do objeto do Contrato - Lote 1). Novo valor mensal estimado: R\$ 104.134,54, a partir de 01/06/2020. Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 04/06/2020. Pregão n. 098/2018.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/sistema/diario.html>, pelo código 0530200061000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

